

Acordo garante votação hoje do Fundo Social do pré-sal

Romero Jucá aceita alegações de Arthur Virgílio e José Agripino sobre necessidade de maior análise do projeto

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, aceitou adiar para hoje a votação do projeto que cria o Fundo Social e da emenda que institui o regime de partilha como modelo a ser utilizado na exploração de petróleo na camada pré-sal. Jucá leu sucintamente seu relatório, ficando para hoje a discussão e a votação da matéria. O líder do PSDB, Arthur Virgílio,

afirmou que sua bancada não se sentia em condições de decidir sobre uma proposta cujo relatório ficara pronto havia poucas horas. O prazo de 24 horas, segundo Virgílio, serviria para que a assessoria do partido mostrasse aos senadores as implicações das alterações feitas pelo relator. O acordo também prevê para hoje a votação do projeto de capitalização da Petrobras. **3**



Diálogo entre Romero Jucá (D) e Arthur Virgílio (ambos ao microfone) permite votar matérias que regulamentam pré-sal



IV Semana do Meio Ambiente é lançada com várias atividades

Foi lançada ontem no Senado a IV Semana do Meio Ambiente, iniciativa do programa Senado Verde para estimular a boa gestão ambiental, evitar desperdícios e

reduzir o consumo de energia, água e papel. A campanha Faça a Coisa Certa, debate, exposição e concurso de fotografia fazem parte da programação. **2**

Haroldo Tajra, senador Romeu Tuma, Nilton Paixão, Andréa Valente e William França lançam a campanha Faça a Coisa Certa

Parque gráfico do Senado vai editar e distribuir publicações do TCU **2**

ONGs podem ser obrigadas a divulgar gastos na internet **6**

Parlasul propõe área comum de proteção ambiental

Parlamento do Mercosul vai recomendar aos governos do bloco a criação de área protegida na região da Tríplice Fronteira. **8**



Sarney, entre Teresa Arruda Wambier e o ministro Luiz Fux, recebe documento que visa simplificar processos

Um passo para tornar a Justiça mais rápida

A Comissão de Juristas entregou ontem ao presidente do Senado o anteprojeto do novo Código de Proces-

so Civil. José Sarney prometeu tentar sensibilizar os líderes partidários para votar a proposta até o fim do ano. **5**

Nova comissão de juristas vai atualizar Código Eleitoral **5**

14º salário para professores da rede pública passa na CAE

Para ter direito ao benefício, os professores deverão ajudar a elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de sua escola em 50%. **7**

Pelo convênio assinado, parque gráfico do Senado será colocado à disposição do tribunal. Primeira obra a ser editada será *Licitações e contratos*

Publicações do TCU serão impressas e distribuídas pela Gráfica do Senado

O SENADO FEDERAL celebrou com o Tribunal de Contas da União (TCU) um convênio que permite a impressão, distribuição e venda das publicações do tribunal. Pelo convênio, o Senado colocará à disposição do TCU o seu parque gráfico.

A primeira publicação a ser editada é a obra *Licitações e contratos*, líder entre as publicações do tribunal, com mais de 40 mil exemplares já distribuídos. Segundo o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publi-

cações (Seep), Florian Madruga, esse título deverá ser lançado na Bienal do Livro de São Paulo, em agosto.

O acordo, que já é mantido com o Supremo Tribunal Federal (STF), foi assinado ontem pelo 1º secretário do Senado, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), pelo presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, pelo diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, pelo secretário-geral de Administração do TCU, Fernando Eira, e por Florian Madruga.



Heráclito Fortes (E), o presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, e o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, na assinatura do convênio entre as instituições

Aberta a IV Semana do Meio Ambiente

Foi lançada ontem a IV Semana do Meio Ambiente, iniciativa do programa Senado Verde para estimular a boa gestão ambiental, evitar desperdícios e reduzir o consumo de energia, água e papel. A campanha Faça a Coisa Certa, exposições e debates integram a programação.

A campanha Faça a Coisa Certa tem o objetivo de facilitar a reciclagem, além de orientar e mobilizar os servidores e visitantes da Casa sobre a importância da coleta seletiva de lixo. A mostra, elaborada pela Subsecretaria de Projetos Especiais, enfatiza que pequenas atitudes e gestos simples incorporados ao cotidiano ajudam a preservar a natureza e economizar recursos naturais.

A coordenadora do projeto Senado Verde, Andréa Valente, explicou que o sistema de coleta adotado pelo Senado é mais fácil e prático para os usuários e funcionários que lidam com a limpeza. A lixeira preta indica o material que pode ser reciclado, como papel e plástico. A branca é para lixo molhado e resíduos orgânicos, usados na compostagem para virar adubo. Segundo Andréa, a maior parte do que é recolhido já recebe o devido tratamento e a destinação adequada.

— Quando fizemos o diagnóstico de nossos resíduos, identificamos que 80% é de papel. Já reaproveitamos esse material, que é encaminhado a uma empresa de reciclagem.

Durante o lançamento, foram apresentados o novo site do Senado Verde e o II Concurso de Fotografia do Legislativo Federal. Em parceria com o EcoCâmara e com o TCU Ecologicamente Correto, a disputa, com o tema “Energia”, é aberta aos servidores dessas instituições.

Diretoria-Geral diz que Senado não recontratará terceirizados

Em nota divulgada ontem, o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, informa que o Senado não vai “recontratar” funcionários terceirizados e que as despesas da instituição com essa categoria não têm aumentado. As afirmações dizem respeito a notícias veiculadas na imprensa de que o Senado iria recontratar 1.237 funcionários terceirizados. Segundo a nota, dos 34 contratos com empresas de terceirização de mão de obra que existiam quando a atual gestão assumiu,

hoje restam 29.

A Diretoria-Geral informa ainda que, para eliminar desvios de função, os auxiliares administrativos terceirizados foram englobados em um novo contrato, dividido em três áreas, que pode ser gerido por uma ou mais empresas, ao custo de R\$ 43,7 milhões e não R\$ 55 milhões como foi noticiado. Todas as informações podem ser encontradas no Portal da Transparência do Senado Federal, entre elas a relação nominal dos terceirizados.

Nota

A VERDADE SOBRE OS NÚMEROS DOS CONTRATOS DO SENADO

Não é verdade que o Senado vai “recontratar” funcionários terceirizados. Nem dez, nem mil. Da mesma forma, não é verdade que as despesas com essa categoria têm aumentado. Eis os fatos:

- 1 Dos 34 contratos com empresas de terceirização de mão de obra que a gestão atual encontrou, hoje existem 29. A pedido do Senado, todos passaram por uma auditoria do Tribunal de Contas da União, cujas recomendações estão sendo integralmente seguidas.
- 2 O número de terceirizados foi mantido basicamente o mesmo, inclusive em respeito a manifestações de inúmeros senadores em Plenário, quando da renovação do maior dos contratos, ainda no ano passado.
- 3 Este ano, para eliminar desvios de função e atender à demanda de auxiliares administrativos, eles foram englobados em um novo contrato, dividido em três grupos: apoio operacional, com 614 funcionários; apoio técnico, com 143; e apoio administrativo, com 512 postos de trabalho, que funcionarão em dois turnos.
- 4 Apesar de ter se passado um ano, e mesmo tendo havido dissídios coletivos de várias categorias neste primeiro semestre, o valor global dos contratos terceirizados continua o mesmo.
- 5 O custo do edital não é de R\$ 55 milhões — este é o valor que foi reservado para fazer face às despesas. Na verdade, o contrato, que não foi nem ao menos adjudicado, ficou em cerca de R\$ 43,7 milhões, abrangendo as três áreas, que podem ser geridas por uma ou mais empresas.
- 6 Não há por que somar-se aos contratos que serão assinados em função desta licitação qualquer outro já existente no âmbito de outras secretarias do Senado Federal, inclusive a Comunicação Social.
- 7 Já o pregão para a contratação dos serviços de limpeza e conservação foi vencido pela empresa Fiança — e não Adservis, como alguns veículos de comunicação noticiaram. Note-se que, mesmo após um dissídio coletivo, o contrato permaneceu praticamente no mesmo valor do ano passado.
- 8 A empresa Adservis de fato recebeu uma multa por atraso na execução contratual, o que, no entanto, não a impede de participar de outra licitação. Ela já recolheu parte da dívida e a questão está sendo analisada. O Senado já repassou diretamente ao Banco do Brasil os valores devidos, inclusive das férias dos funcionários, que estão sendo creditados a partir de hoje.
- 9 Todas essas informações estão disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, entre elas a relação nominal dos terceirizados, o que foi objeto de elogios por parte do Tribunal de Contas da União.

Haroldo Feitosa Tajra, diretor-geral

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Código de Processo Penal em discussão

10h Segunda sessão de discussão da proposta de novo Código de Processo Penal. Às 14h, sessão deliberativa. Na pauta, projetos do pré-sal.

Presidência Segunda sessão de discussão do CPP

10h O presidente do Senado, José Sarney, participa da discussão sobre a reforma do Código de Processo Penal. Ao meio-dia, preside reunião da Mesa diretora do Senado. Às 16h, preside as votações previstas na pauta do Plenário.

CCT Fundações universitárias

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que obriga instituições privadas de ensino superior a constituir fundação de pesquisa universitária para a promoção do desenvolvimento científico, da pesquisa e da capacitação tecnológicas.

CAS Adicional de periculosidade

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa o projeto que assegura adicional de periculosidade a empregados de condomínios, prestadores de serviços de portaria, vigilância e segurança.

CCJ Código de Processo Civil

9h O ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, presidente da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de novo Código de Processo Civil, debate a proposta com a comissão. Em seguida, exame de projeto que prevê o parcelamento de multas de trânsito, entre outros.

CDH Projovem para moradores de rua

10h Jovens moradores de rua entre 15 e 17 anos poderão ser incluídos como beneficiários do programa Projovem Adolescente — Serviço Socioeducativo. Entre os 37 itens em pauta estão ainda projetos destinados a beneficiar pessoas portadoras de deficiência.

Reunião conjunta Audiências ampliadas

11h30 O projeto que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos será debatido pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

12h Projeto que altera a Lei Pelé, modificando a relação entre clubes de futebol e atletas, deve ser votado em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

CPI da Pedofilia Regulação da internet

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito realiza audiência pública sobre o marco civil da internet e seus efeitos no combate à pedofilia. Entre os convidados, o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay.

CMMC Eleição da Mesa

14h30 A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas se reúne para instalação e eleição do presidente, do vice-presidente e do relator da comissão.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

O líder do governo aceita ponderações dos líderes do PSDB e do DEM no sentido de que relatório a projeto exigiria análise mais cuidadosa



Em Plenário, Romero Jucá (D) lê o relatório sobre projeto que cria o Fundo Social e emenda que institui o regime de partilha como modelo a ser utilizado na exploração do petróleo do pré-sal

Casagrande muda relatório para manter regras do *habeas corpus*

Renato Casagrande (PSB-ES) confirmou ontem, em Plenário, que mudará seu relatório sobre o projeto do novo Código de Processo Penal (CPP) para restabelecer no texto as atuais regras do instituto do *habeas corpus*. Essa medida é concedida sempre que alguém sofre ou está ameaçado de sofrer violência à liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Ele prestou a informação durante a primeira sessão extraordinária de discussão do substitutivo ao projeto (PLS 156/09), conduzida pelo presidente do Senado, José Sarney. O substitutivo passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 17 de março. Apresentado como de autoria de Sarney, o projeto foi elaborado por comissão de juristas criada na Casa especialmente para este fim.

O substitutivo de Casagrande estabelece que o *habeas corpus* só poderá ser proposto na impossibilidade de interposição de qualquer outro recurso judicial com efeito suspensivo para a medida de prisão. No entanto, reações contrárias a essa restrição levaram o relator a decidir pela manutenção das regras da legislação atual.

Além de ministros de tribunais superiores, a Ordem dos Advogados do Brasil também se manifestou contra a mudança nas regras do *habeas corpus*. Havia o temor de que outros tipos de recursos

não recebessem tratamento tão ágil em termos de julgamento. Isso poderia comprometer a garantia constitucional em favor de quem sofre violência ou ameaça de constrangimento ilegal na sua liberdade.

– Não queremos que qualquer direito seja cerceado neste trabalho que estamos fazendo. Acha-mos até que o *habeas corpus* tem sido utilizado como instrumento protelatório, mas é melhor a gente pecar pelo excesso do que restringir algum direito – disse Casagrande.

Depois de solicitação do relator, Sarney anunciou que a segunda sessão de discussão do substitutivo ocorrerá hoje e a terceira, amanhã. Informou ainda que o primeiro turno será na próxima semana.

Em entrevista, Casagrande disse acreditar que a primeira votação acontecerá na próxima quarta-feira, ficando a decisão em turno suplementar para a semana seguinte. No intervalo entre as duas votações, o texto voltará à CCJ, para alterações de mérito. O relator dará parecer às emendas que vierem a ser apresentadas, além de fazer ajustes em decorrência de acordos, como no caso do *habeas corpus*. Tudo será conduzido para garantir a votação final do novo CPP no Senado antes do recesso parlamentar. Se aprovado, o projeto será encaminhado para análise na Câmara.



Cristina Gólio

“Não queremos que qualquer direito seja cerceado nesse trabalho que estamos fazendo”, declara Renato Casagrande

Acordo transfere para hoje a votação do Fundo Social

ATENDENDO A SOLICITAÇÃO feita ontem em Plenário pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), aceitou adiar para hoje a votação do projeto de lei (PLC 7/10) que cria o Fundo Social do pré-sal e a emenda que institui o regime de partilha como modelo a ser utilizado na exploração de petróleo na camada pré-sal. Jucá leu sucintamente seu relatório em Plenário, ficando para hoje a discussão e a votação da matéria.

O líder do PSDB afirmou que sua bancada não estava à vontade para discutir e votar um projeto cujo relatório ficara pronto havia poucas horas. O prazo de 24 horas, justificou, serviria para que a assessoria do partido mostrasse aos senadores as implicações das alterações introduzidas por Jucá no projeto. O líder do governo, relator da matéria, proferiu seu voto em Plenário, em substituição aos pareceres das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e de Assuntos Econômicos (CAE).

Em apoio a Arthur Virgílio, o líder do Democratas, José Agripino (RN), afirmou que havia acordo para votar ontem apenas a proposta que cria o Fundo Social. A regulamentação do regime de partilha, acrescentou, não estava prevista no acordo, já que constava do PLC 16/10, que trata também da redistribuição dos *royalties* pagos como compensação da exploração do petróleo a estados e municípios. Além do mais, disse o líder do DEM, os projetos não foram precedidos das “necessárias e suficientes” discussões em audiências públicas.

O líder do governo disse que o sistema de partilha era “o mote inicial para discutir” os outros projetos, que necessitariam da definição do sistema de exploração para poderem ser votados. Ele aceitou que seu relatório fosse lido ontem, desde que o projeto sobre a capitalização da Petrobras, cujo acordo previa a votação para hoje, também fos-

se lido ontem, o que permitiria a votação de ambas as proposições hoje. A contraproposta de Jucá foi aceita pelos líderes da oposição. O relatório sobre o projeto de capitalização foi lido pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Relatório

Na leitura sucinta de seu relatório, Jucá afirmou que ele regulamenta a gestão do Fundo Social, sua gerência financeira, o investimento dos recursos e a priorização das áreas de atuação: educação, cultura, saúde pública, previdência social, ciência e tecnologia, meio ambiente e mudanças climáticas. A nova redação que deu, explicou o senador, visa à compatibilização da aplicação dos recursos em todas essas áreas.

Jucá afirmou que a emenda que estabelece o regime de partilha para a exploração do petróleo da camada pré-sal se deu porque esse sistema trará mais recursos para o Estado e permitirá uma maior intervenção do governo, quando necessário.

Delcídio defende capitalização da Petrobras

O projeto de iniciativa do Executivo que trata da capitalização da Petrobras para a exploração de petróleo e gás na camada pré-sal, o PLC 8/10, não contém inconstitucionalidades ou antijuridicidades. Essa é a tese defendida pelo relator da matéria, Delcídio Amaral (PT-MS), que apresentou seu parecer (também favorável ao mérito) em Plenário no final da tarde de ontem.

Pelo projeto, o governo fica autorizado a vender à Petrobras, sem licitação, a permissão de explorar a pesquisa e a

lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos (até 5 bilhões de barris) em áreas do pré-sal. O projeto também permite que a União participe do aumento de capital da empresa.

Delcídio defendeu o regime de cessão onerosa lembrando que a Emenda 5/95 alterou a Constituição para admitir a contratação com empresas estatais ou privadas para a realização das atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural. Delcídio também leu parte de voto proferido por

Eros Grau, em que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) argumenta que a opção pelo tipo de contrato a ser celebrado pela União e as empresas do setor petrolífero é política.

Com relação à dispensa de licitação para a União contratar a Petrobras, Delcídio observou que o próprio texto da Constituição prevê a possibilidade de a lei estipular situações em que não se exigirá licitação. O relator do projeto acrescentou que há muitas leis ordinárias que preveem casos de dispensa de licitação.

Sarney: código teve discussão exaustiva

O presidente do Senado, José Sarney, reagiu ontem, em Plenário, a comentários sobre a falta de discussão em torno da proposta do novo Código de Processo Penal (CPP). Ele disse que a matéria foi exausti-

vamente discutida com os mais destacados juristas do país em sucessivas audiências públicas.

– Se a comunidade jurídica não se manifestou foi porque não quis se manifestar – afirmou.

A questão foi levantada pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), durante a primeira sessão de discussão do substitutivo ao projeto (PLS 156/09) de Renato Casagrande (PSB-ES), aprovado em março pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Hoje haverá a segunda sessão de debate em Plenário e a última ocorrerá amanhã, ficando a votação em primeiro turno para a semana que vem.



José Cruz

Segundo Rosalba, criação da ZPE de Macaíba também vai ser sancionada

Rosalba Ciarlini anuncia criação da ZPE do Sertão

O projeto que autoriza a criação da Zona de Processamento de Exportação do Vale do Açu, também chamada de ZPE do Sertão, será sancionado pelo presidente Lula em visita ao Rio Grande do Norte, anunciou ontem a autora do projeto, Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

A ZPE terá "um reflexo muito positivo" na região mais árida do estado, de acordo com a senadora. A região é grande produtora de frutas como banana, manga e melão, sendo também forte na carcinicultura e na produção salineira. Além disso, já foram identificadas importantes jazidas de ferro, tantalita, tungstênio, granito, feldspato, caulim e argilas de queima branca, informou.

Lula também vai sancionar a ZPE de Macaíba e inaugurar o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, completou.



Waldemir Barreto

Senador diz que obra vai beneficiar 400 mil pessoas às margens da BR

Renan: Lula assina hoje duplicação da BR-101 em Alagoas

Renan Calheiros (PMDB-AL) comunicou ontem que o presidente Lula estará hoje na cidade alagoana de São Miguel dos Campos para assinar ordem de serviço para novas obras de duplicação da BR-101. A ação beneficiará cerca de 400 mil pessoas que vivem às margens da rodovia, disse.

O gasto será de R\$ 1,5 bilhão para 248 quilômetros, divididos em duas frentes de obras e, no lugar do asfalto tradicional, a pista será construída com concreto, o que aumenta a vida útil da pavimentação. Na primeira, haverá melhorias no trecho de São Miguel até o entroncamento com a BR-324, na Bahia. A segunda frente de obras sairá de São Miguel rumo a Palmares (PE), informou Renan.

Segundo o senador, a duplicação da BR-101 em Alagoas é tão importante, em termos de infraestrutura, quanto a construção do chamado Canal do Sertão.

Senador afirma que o partido do governo "não é réu primário na arte de acionar 'aloprados' para bisbilhotar a vida de cidadãos brasileiros"

Heráclito protesta contra "arapongagem" do PT

O SENADOR HERÁCLITO Fortes (DEM-PI) protestou ontem contra o que classificou de "arapongagem em um bunker na QI 5 do Lago Sul" – em referência ao comitê de campanha da pré-candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff –, com o objetivo de investigar o pré-candidato do PSDB, José Serra. O esquema foi denunciado pela revista *Veja*.

– É inaceitável sob todos os títulos e sob todos os aspectos, principalmente porque o Partido dos Trabalhadores não é réu primário na arte de acionar aloprados para bisbilhotar a vida de cidadãos brasileiros – enfatizou.

Heráclito fez referência ao escândalo do mensalão, apurado pela CPI dos Correios no Senado, que, segundo ele, terminou esquecido por falta de consistência dos fatos. O senador disse que homens públicos não podem baixar a cabeça diante de fatos como esses, acrescentando que é necessário "dar nome aos bois".

Convocação

Diversos parlamentares apoiaram o discurso de Heráclito. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) informou que o líder da Minoria na Câmara, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) e o presidente da Comissão de Relações Exteriores daquela Casa, Emanuel Fernandes (PSDB-SP), pretendem chamar os envolvidos na suposta produção do dossiê: o delegado federal aposentado Onésimo



Waldemir Barreto

Ao comentar denúncia, Heráclito afirma que é preciso "dar nome aos bois"

de Sousa; e o Dadá, sargento da reserva e ex-agente do serviço secreto da Aeronáutica, que teria participado de reuniões com o jornalista Luiz Lanzetta, assessor de imprensa da campanha, que já se demitiu. A idéia é ouvi-los na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso sobre a possível participação de órgãos de inteligência.

Heráclito indagou a Romeu Tuma (PTB-SP) se a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não estaria sendo omissa, uma vez que, disse, há envolvimento de "figurões da República". Tuma considerou preocupante e causa de intranquilidade para as eleições o uso de informações apócrifas.

Mário Couto (PSDB-PA) classificou o assunto como "grave", porém duvidou que haja consequências para os que cometeram a irregularidade,

tendo em vista, segundo disse, a maneira como Dilma Rousseff e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm feito campanha abertamente antes do período eleitoral e zombado da Justiça.

Ele reclamou de não ter sido acolhido pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), seu requerimento para investigação de irregularidades na contratação de empréstimo para compra de máquinas no valor de R\$ 2 bilhões pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa.

Flexa Ribeiro endossou a reclamação e acusou Ana Júlia de chantagear os prefeitos, no que classificou como compra de votos às claras, afirmando que só vai ceder os equipamentos àqueles que votarem na sua reeleição. O senador paraense considerou Lula um mau exemplo para os jovens por sua falta de respeito à legislação eleitoral.



Waldemir Barreto

Mário Couto também cobra de Lula sanção de reajuste para aposentados

Pará não investe na educação, diz Mário Couto

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, não realiza os investimentos necessários na rede de educação estadual, disse Mário Couto (PSDB-PA). O senador, que já havia exibido da tribuna foto de alunos bebendo água em uma caneca de alumínio numa escola estadual, voltou a criticar o governo do estado divulgando outra foto publicada em jornal paraense de um jovem matando sua sede diretamente de uma torneira, em um bebedouro escolar.

– Ministério Público e Assembleia Legislativa do Pará, não se pode admitir uma coisa deste nível: um menino de 9 anos bebendo água em uma torneira – disse o senador, exibindo a foto publicada na imprensa.

Mário Couto cobrou ainda do presidente Lula a sanção do reajuste aos aposentados aprovado pelo Congresso.



Waldemir Barreto

Paulo Paim: Iol Medeiros morreu sem ver benefícios aprovados

Paim lamenta morte de líder dos aposentados

Paulo Paim (PT-RS) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte do primeiro vice-presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul (Fetapergs), Iol Medeiros. Iol, que também foi presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), morreu na segunda-feira, em Porto Alegre.

O senador disse que Iol Medeiros sempre participou de manifestações e vigílias em defesa dos direitos dos aposentados no Congresso Nacional, bem como em todo o Brasil. No entanto, lamentou Paim, ele morreu sem ver aprovados o reajuste para os aposentados e o fim do fator previdenciário usado no cálculo das aposentadorias.

Em apertes, diversos senadores lamentaram a morte de Iol e defenderam a sanção do presidente da República aos benefícios aos aposentados.

Mão Santa quer Universidade no Delta do Parnaíba

O senador Mão Santa (PSC-PI) defendeu ontem a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei do Senado (PLS 290/03) de sua autoria que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFPAR), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Mão Santa lembrou que o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ), senador Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou voto pela aprovação da matéria, mostrando o interesse regional da nova universidade, que deverá servir a cidades do Piauí, do Maranhão e do Ceará, atendendo a uma população de mais de 500 mil habitantes.

O projeto de Mão Santa foi aprovado no Senado no final de 2005 e enviado à Câmara dos Deputados.



Moreira Mariz

Universidade vai atender mais de 500 mil pessoas, ressalta Mão Santa

Mozarildo anuncia medidas contra governador de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou ontem que vai encaminhar ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União (TCU) ou ao Tribunal de Contas de Roraima denúncias que recebeu contra o governador do estado, José de Anchieta Júnior, indicando irregularidades na gestão. Os documentos serão remetidos aos órgãos em função da origem federal ou estadual dos recursos supostamente desviados.

Segundo Mozarildo, José

de Anchieta Júnior está sendo acusado de promover uma gastança desenfreada de recursos públicos em Roraima, deixando de dar a devida atenção a setores fundamentais como saúde, agricultura e segurança pública, que se encontram, de acordo com o senador, em uma situação deprimente.

– Milhões de reais estão sendo levados para Roraima, mas o que a gente vê são festas promovidas a toda hora. Inclusive há uma denúncia a respeito



Waldemir Barreto

Recursos federais estão servindo para festas, segundo o senador

do uso do avião a jato do governo para transportar artista para fazer show em uma festa particular da primeira dama do estado – disse.

Comissão vai propor mudanças no Código Eleitoral

Foi anunciada ontem, pelo presidente do Senado, José Sarney, a criação de uma comissão de juristas para propor mudanças no Código Eleitoral. A ser presidida pelo ministro José Antônio Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), a comissão terá um prazo de seis meses para apresentar as mudanças, que constarão de projeto de lei a ser votado pelo Congresso.

Sarney disse que a legislação eleitoral brasileira é "caótica" e "dispersa", sendo que o Congresso deve ao país um texto que organize "todo o emaranhado legal".

– O ministro Carlos Velloso, há alguns anos, chegou a apresentar um anteprojeto sobre o tema, mas o texto não andou com a celeridade necessária. Todo parlamento é assim, as coisas só se fazem de forma objetiva e definitiva quando é absolutamente necessário, quando chegamos a um ponto crítico – disse Sarney.

Será a terceira comissão de juristas formada pelo Senado para reformar códigos considerados obsoletos. A primeira, instalada em 2008, apresentou sugestões para o Código de Processo Penal, que foram transformadas em projeto de lei (PLS 156/09). O texto tramita na forma de substitutivo do relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Renato Casagrande (PSB-ES), e teve ontem a primeira sessão de discussão antes da votação. A segunda comissão, instalada em 2009, propôs mudanças no Código de Processo Civil (CPC).

Os juristas

Saiba quem vai integrar a comissão:

- Admar Gonzaga Neto
- Arnaldo Versiani Soares
- Carlos Eduardo Caputo Bastos
- Carlos Velloso
- Edson de Resende Castro
- Fernando Neves da Silva
- Hamilton Carvalhido
- Joelson Costa Dias
- José Antônio Dias Toffoli
- José Eliton de Figuerêdo Júnior
- Luciana Müller Chaves
- Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
- Márcio Silva
- Marcus Vinicius Furtado Coelho
- Roberto Monteiro Gurgel Santos
- Raimundo Cezar Britto
- Torquato Lorena Jardim

Comissão de juristas entregou ontem ao presidente do Senado o anteprojeto de novo CPC. A Proposta, pautada na necessidade de prestação de Justiça rápida, busca reduzir excesso de formalismos processuais

Sarney espera votar Código de Processo Civil até o fim do ano

A COMISSÃO DE Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) entregou-o ontem ao presidente do Senado, José Sarney, em cerimônia no Salão Nobre. O senador prometeu tentar sensibilizar os líderes partidários para votar a proposição até o fim deste ano.

– Vou ter pessoalmente um grande empenho para acelerar a tramitação – garantiu.

De acordo com o presidente da comissão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, o que conduziu a elaboração do texto foi a necessidade de prestação de Justiça rápida. Para tanto, o documento pretende modificar o excesso de formalismos processuais e acabar com o volume imoderado de ações e recursos.

– Inserimos no projeto tudo que representava o anseio do povo brasileiro: o processo rápido, sem excesso de formalidade, com instrumentos capazes de enfrentar esse volume irrefreável de demandas que se desencadeou no Brasil desde a década de 1970 e nunca mais parou – disse Fux.

Se o texto for aprovado pelo Congresso, as ações de massa, como as que questionam a cobrança da tarifa básica de telefonia, ou que têm um objetivo comum, como a possibilidade de lojas de conveniência de postos de gasolina venderem remédios, terão aplicadas as mesmas soluções, a chamada "coletivização das demandas".

– Se as pessoas são iguais perante a lei, têm que ser iguais também perante as soluções –

disse o magistrado.

A relatora da proposta, a advogada e professora de Direito Processual Civil Teresa Wambier, frisou que, com a resolução de ações que giram em torno da mesma questão jurídica de forma atrelada, mais causas serão resolvidas e mais tempo restará disponível para a resolução de outros processos. Ela defendeu os juízes, que "de modo geral trabalham demais", e não podem ser responsabilizados unicamente pela lentidão da Justiça. Elogiou ainda o presidente do Senado pela coragem de tentar modificar o antigo código.

– Nada mais covarde que a inércia diante de um mal de várias causas – disse.

O texto vai ser debatido em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ) hoje, mas sua tramitação se dará em comissão especial, conforme estabelece o Regimento Interno. O mais provável é que Sarney apresente o projeto como de sua autoria. Depois de lida em Plenário, a proposta seguirá para a comissão especial. Após a aprovação, voltará ao Plenário e daí seguirá para a Câmara dos Deputados.

Números

Os números ligados à elaboração da proposta são expressivos: foram 13 mil acessos ao site do Senado que colhia sugestões da sociedade; 600 e-mails recebidos; e oito audiências públicas em vários estados do país. Um total de 80% das sugestões de grupos foi incorporado. O anteprojeto tem mil artigos, 200 a menos que o atualmente em vigor.



José Sarney discursa em cerimônia no Salão Nobre: projeto pode ser assinado pelo presidente do Senado e será analisado por uma comissão especial da Casa

Legislativo atua para acelerar ação da Justiça, destaca senador

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a importância do papel do Poder Legislativo na modificação e evolução das leis – reclamadas pela sociedade e pelos operadores do direito – para acelerar a ação da Justiça. Sobre a proposta para o novo Código de Processo Civil (CPC), Sarney destacou que o texto promete redução significativa no tempo de tramitação dos processos na Justiça brasileira: 50% no caso das demandas individuais e 70% no caso das

demandas coletivas.

O excesso de formalismo dos processos, o volume desmedido de ações e a quantidade de recursos submetida aos tribunais, sobretudo os superiores, foram as principais causas da morosidade da Justiça identificadas pela comissão de juristas, explicou o senador. O anteprojeto altera toda a sistemática do atual código, ao criar uma parte geral, com dispositivos aplicáveis a todos os procedimentos, inclusive aos recursos e à execução.

Entre as muitas alterações propostas, há a ampliação dos poderes do magistrado, a extinção de alguns dos chamados incidentes processuais que protelam as decisões e a determinação de que os prazos do processo passem a correr somente em dias úteis, decisão de impacto tanto para as partes quanto para o advogado, avaliou Sarney. Ele elogiou o trabalho da comissão, que buscou ouvir e atender aos anseios da sociedade. O texto final, disse, busca privilegiar a

simplicidade da linguagem e da ação processual, a celeridade do processo e a efetividade do resultado da ação.

Essa reforma do CPC, explicou ainda o presidente do Senado, soma-se à do Código de Processo Penal, já em análise no Plenário, e à do Código Eleitoral, tarefa para a qual também será criada uma comissão de juristas. Sarney manifestou ainda o desejo de modificar a legislação de execuções penais, para enfrentar o problema carcerário no país.

Isonomia para militares dos ex-territórios



Papaléo Paes

Desde 2004 o governo federal deixou de reconhecer que os policiais e bombeiros militares dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, Rio de Janeiro, têm os direitos salariais iguais aos dos ocupantes dos mesmos cargos em Brasília. O artigo 65 da Lei 10.486/02 garantiria essa isonomia. O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou do Executivo uma solução para o caso.

Papaléo encampou a sugestão da Associação Nacional dos Militares Federais dos Ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal do Brasil para resolver o problema: a inserção em medida provisória de um artigo mais detalhado explicitando o tratamento igualitário entre as categorias.

César Borges pede solução para greve na BA



César Borges

César Borges (PR-BA) pediu uma solução para a greve dos servidores do Judiciário da Bahia, paralisados há 30 dias em protesto por uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mandou suspender o pagamento de uma gratificação que recebiam havia cerca de 20 anos. Em alguns casos, a gratificação representa metade dos vencimentos.

Após frisar a importância do CNJ como órgão externo de fiscalização do Judiciário, o senador questionou a decisão do órgão, pois o adicional de função foi homologado por leis aprovadas pela assembleia legislativa e sancionadas pelos três últimos governadores. Para ele, uma simples liminar do CNJ não pode prevalecer sobre leis estaduais.

Proposta de Raimundo Colombo determina que parcerias e convênios realizados pelo poder público com entidades civis deverão ter prestação de contas divulgada na internet



Renato Casagrande (E) preside reunião da CMA que decidiu por maior controle sobre recursos públicos destinados a ONGs

Terceiro setor pode ter que divulgar gastos na internet

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto de lei (PLS 404/09) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que confere maior transparência às parcerias e aos convênios firmados entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). A decisão final caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto obriga as Oscips a realizar prestação de contas anual ao órgão que as qualificou e a divulgar essas informações na internet. Ao alterar a Lei 9.790/99 – que trata da qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins

lucrativos, como as Oscips –, a proposta pretende tornar mais claros para o contribuinte os atos de formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas dessas parcerias.

De acordo com Raimundo Colombo, os mecanismos de fiscalização e controle do repasse de recursos públicos a organizações não governamentais (ONGs) são deficitários. O senador invoca as conclusões do relatório da CPI das ONGs, em especial a falta de conhecimento público da fiscalização que se faz sobre esses recursos e as precárias condições dos órgãos convenientes para executar o controle. O que mais se verifica hoje, segundo ele, é “a satisfação, com dinheiro público, de interesses puramente

privados, sem que haja controle, nem da parte do Estado nem da sociedade, sobre a correta execução dos termos dessas parcerias”.

A relatora do projeto, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), apresentou voto pela aprovação, com seis emendas à proposta original. Uma delas para determinar a divulgação – e não a realização – na internet dos procedimentos exigidos para essas parcerias.

– Acredito que a aprovação desse projeto vai trazer mais tranquilidade para contratantes e contratados. Ele é importante ainda por acabar com a sucessão de portarias e decretos regulamentando o assunto – declarou.

Presença de médicos estrangeiros em regiões carentes é polêmica

Para ampliar a presença de médicos estrangeiros nas regiões mais pobres do país, onde há falta desses profissionais, tramita no Senado um projeto de lei que flexibiliza as exigências legais para essa atuação. Mas o projeto (PLS 451/03) foi alvo de críticas de representantes da classe médica durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Quando apresentou a proposta, em 2003, o senador e médico Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apontou as dificuldades para interiorizar pelo país, com médicos brasileiros, os serviços de saúde. Segundo o parlamentar, eles preferem trabalhar nos grandes centros, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Uma das críticas ao projeto refere-se à qualificação dos médicos estrangeiros que pretendem atuar no Brasil. O projeto de Mozarildo permite que os médicos e outros profissionais de saúde estrangeiros traba-

lhem no Brasil por quatro anos sem precisar revalidar seus diplomas no país, ao menos nesse período. O primeiro vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital, disse que “não se pode aceitar que profissionais estrangeiros atuem aqui sem ser avaliados”.

Ao criticar a qualidade de determinadas faculdades da Bolívia que recebem alunos brasileiros, o presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Amaral, afirmou que “foram montadas espeluncas na fronteira para pegar estudantes brasileiros incautos”. Sobre esse comentário, Mozarildo declarou que “há a presunção de que o Brasil como um todo é uma excelência em medicina”.

Ao justificar por que os médicos brasileiros resistem em atuar nas regiões mais pobres, José Luiz Amaral assinalou que a falta de uma estrutura adequada para o trabalho é uma das razões.



Rosalba Ciarlini preside audiência na CAS com representantes da classe médica

CAE aprova recondução de conselheiro ao Cade

O conselheiro Vinícius Marques de Carvalho teve sua recondução para mais um mandato de dois anos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A indicação segue agora para o Plenário do Senado.

Advogado com doutorado em Direito Comercial, Vinícius Carvalho defendeu a aprovação do projeto que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e trata da prevenção e da repressão às infrações contra a ordem econômica (PLC 6/09). Entre outras novidades, a proposta prevê o controle prévio dos atos de concentração econômica, como a fusão ou a

incorporação de empresas de grande porte.

Vinícius Carvalho apontou vantagens na análise *a priori* dos

processos de fusão e incorporação de empresas. “A experiência mundial demonstra que é um avanço”, opinou o advogado.



Em reunião presidida por Garibaldi Alves, Vinícius Carvalho (E) fala sobre fusão de empresas

Adiada decisão de flexibilizar Lei de Responsabilidade Fiscal

O projeto de resolução que simplifica a tomada de empréstimos por municípios, estados e Distrito Federal, permitindo a análise das operações diretamente pelas instituições financeiras onde forem contratadas, foi retirado da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Atualmente, as operações requerem análise prévia do Ministério da Fazenda. As mudanças, propostas em projeto (PRS 18/10) do senador Romero Jucá (PMDB-RR), foram criticadas pelos senadores, que apontaram inconstitu-

cionalidade na flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), por exemplo, a competência do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional consta de lei complementar que só pode ser modificada por outra lei complementar, e não por um projeto de resolução.

A retirada de pauta foi solicitada pelo relator, César Borges (PR-BA), para quem é necessário aprofundar o assunto em audiências públicas com representantes da Secretaria do Tesouro Nacional. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) apoiaram o relator.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Romeu Tuma • Mão Santa • Valdir Raupp • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Marisa Serrano destaca questão das águas transfronteiriças

Presidente da Subcomissão Permanente da Água, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) fez um balanço da reunião preparatória ao 6º Fórum Internacional de Águas, que acontecerá em Marselha, França, em 2012. O relato foi feito ontem durante reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Após ressaltar que um ex-dirigente da Agência Nacional de Águas (ANA) está à frente do evento, a senadora sustentou que o Brasil não pode deixar de acompanhar a questão das águas transfronteiriças e transnacionais. Um exemplo dado foi o do rio Amazonas, que nasce no Peru e passa pela Colômbia antes de chegar ao Brasil.

A senadora relembrou acertos do 5º Fórum Internacional da Água, realizado em Istambul, Turquia, em 2009. Uma reunião de grupo parlamentar de 127 países deixou patente que a "batalha" deste milênio não seria pelo petróleo, mas pela água. Na ocasião foi apresentada proposta de compartilhamento da água por países com abundância de mananciais, como o Brasil. Essa iniciativa passa pela noção, acrescentou Marisa, de que o acesso à água

deve ser reconhecido como um direito humano.

Marisa Serrano elogiou ainda decreto editado pela ANA e pelo Ministério do Meio Ambiente estabelecendo remuneração para produtores rurais que se responsabilizarem pela conservação de mananciais. Segundo ela, três municípios já participam desse trabalho, como Campo Grande, às voltas com a preservação do rio Guararoba.

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) comentou que, apesar do expressivo volume de água do Amazonas, vários municípios do estado se ressentem com problemas no abastecimento e poluição dos igarapés.



Marisa elogia decreto que incentiva produtores a conservarem mananciais

Comissão debaterá restrições a assentamentos em áreas de risco

A proibição de se dotar com infraestrutura básica os assentamentos localizados em áreas de risco, bem como de viabilizar sua regularização fundiária, deverá ser debatida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Esse impedimento foi proposto em projeto (PLS 99/10) de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e será objeto de audiência pública por sugestão feita ontem pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM).

– Esse é um projeto de relevância no âmbito da política urbana nacional e envolve atores de diversas áreas estratégicas. Com o intuito de fornecer subsídios para avaliar a complexidade do assunto em questão, torna-se necessária a realização dessa audiência – disse.

O senador propôs a participação do deputado federal Renato Amary (PSDB-SP), relator do PL 3.057/00, que tramita na Câmara e também trata de loteamento

urbano; do secretário nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Celso Carvalho; do subprocurador-geral de Justiça de Direitos Humanos do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, Leonardo Chaves; da presidente da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), Claudius Vinícius Leite Pereira; da relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada (ONU-Habitat), professora Raquel Rolnik; do economista Paulo Rabello de Castro; e de representantes da Caixa Econômica Federal e do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

O PLS 99/10 altera a Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo, e a Lei 11.977/09, que estabelece as regras do programa Minha Casa, Minha Vida e da regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Seu objetivo é impedir a legalização e a oferta de infraestrutura básica em assentamentos localizados em áreas de risco.

Proposta, voltada para a rede pública, condiciona o benefício, em cada escola, ao aumento de 50% da taxa do Ideb ou à obtenção do escore mínimo de seis nesse índice de desempenho



Para o relator, Valdir Raupp (D), medida terá pouco impacto em curto prazo, em razão da baixa avaliação das escolas municipais

Pagamento de 14º salário no ensino básico passa na CAE

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que autoriza a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a concederem, anualmente, bonificação a profissionais da educação básica da rede pública de ensino – uma espécie de 14º salário. A proposta, que também já foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), será submetida à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

Para ter direito ao benefício, os professores deverão ajudar a elevar o Índice de Desenvol-

vimento da Educação Básica (Ideb) de sua escola em 50% ou, então, alcançar escore mínimo de seis nesse indicador de desempenho.

Impacto

O relator na CAE, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou um substitutivo, aproveitando algumas das modificações feitas pela CE. Uma delas condiciona o pagamento da bonificação à existência de dotação específica no orçamento da cada ente federativo.

Raupp considerou que a aprovação do projeto não deverá gerar impactos financeiros expressivos no curto prazo, tendo

em vista que apenas 1% das escolas municipais exhibe, atualmente, nota igual ou superior a seis nas séries iniciais do ensino fundamental.

– É provável que sejam poucos os docentes agraciados com a nova verba salarial – comentou.

César Borges (PR-BA) apresentou questionamentos ao projeto, feitos pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A entidade vê inconstitucionalidade no texto, por entender que apenas o Poder Executivo teria competência para formular projeto de caráter salarial, além de apontar dificuldades financeiras dos municípios.

Deficientes podem ter 5% dos assentos em espetáculos

As pessoas com deficiência auditiva ou visual poderão contar com pelo menos 5% dos assentos existentes nas três primeiras fileiras de auditórios utilizados para aulas, espetáculos e conferências. A medida consta de projeto de lei do Senado (PLS 387/09) apresentado por Eliseu Resende (DEM-MG) e aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta – que terá decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – foi aprovada com emenda do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que reduziu o percentual de assentos de 10% (como constava do texto original) para 5%.

– Acreditamos que o percentual de 5% represente um meio termo. O que queremos é uma lei que funcione e promova maior inclusão cultural – disse Azeredo.



Azeredo (com Dornelles, Maciel e Camata): objetivo é promover inclusão cultural

A proposta acrescenta dois parágrafos à Lei 10.098/00, segundo a qual “os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual”.

Para Azeredo, a determinação de um percentual “cria as condi-

ções para a efetivação do direito à inclusão social no âmbito da cultura”.

A CE aprovou também o projeto de lei da Câmara (PLC 167/08) que institui o Dia Nacional da Imigração Portuguesa no Brasil, a ser celebrado em 10 de junho, quando se comemora o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas Espalhadas pelo Mundo.



Valter Pereira (E) preside reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Utilização de rios em reservas indígenas

Os trechos dos rios Juruena, Teles Pires e Tapajós situados nos estados de Mato Grosso e Pará, no interior ou às margens de reservas indígenas demarcadas, poderão ser utilizados para transporte fluvial e exploração energética. A autorização para uso desses recursos consta de propostas – PDS 122/99 e PDS 233/04 – aprovadas ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA),

que ainda serão analisadas por outras três comissões do Senado: Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Serviços de Infraestrutura (CI) e Assuntos Sociais (CAS).

A autorização é necessária para atender ao artigo 231 da Constituição, pelo qual o aproveitamento dos recursos hídricos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização

do Congresso Nacional.

A CRA também aprovou a realização de audiência para que os presidentes do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante prestem informações detalhadas sobre a utilização desses fundos nos três últimos anos.

O Parlamento do Mercosul vai recomendar aos governos dos países que integram o bloco a criação de uma área de proteção ambiental na região da Tríplice Fronteira

Parlasul propõe área comum de proteção ambiental

A PROTEÇÃO DO meio ambiente foi um dos principais temas da sessão do Parlamento do Mercosul (Parlasul) realizada na segunda-feira, com a aprovação de duas recomendações. A primeira refere-se à adoção de medidas de controle de caça, pesca, desmatamento e introdução de gado em áreas protegidas nas fronteiras entre os países do Mercosul.

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) votou contra a proposta, alegando que o texto não especifica as áreas que deverão ficar sob controle. Ele solicitou a realização de estudo para identificar todas as áreas limítrofes que estão sendo ameaçadas por caça e pesca, como forma de orientar ações concretas nessas áreas.

– Se não se define a área, eu não sei se tem acordo. Vou pedir proteção às áreas através de qual mecanismo? Como

estava muito abstrato, eu votei contrário – disse.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) concordou com a proposta por considerar que ela segue tendência de debate que ocorre no mundo inteiro. Ele observou que o controle ambiental exige muito cuidado para que não inviabilize a atividade econômica.

Tríplice Fronteira

A segunda proposta aprovada recomenda a criação de uma área de preservação do meio ambiente na região conhecida como Tríplice Fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai. Inácio Arruda assinalou que a hidrelétrica de Itaipu está localizada na região, que abarca os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. As três bacias abrigam diversas áreas protegidas, como o parque de Foz de Iguaçu.

– Acho que a posição foi cor-

reta. Não é uma imposição que impeça a atividade econômica, mas, nessas áreas protegidas, precisa haver um grande controle para não haver contaminação desses mananciais que são importantíssimos para a geração de energia e abastecimento humano – afirmou Inácio Arruda.

Ainda como medida de proteção ambiental, foi acolhida proposta visando promover uma posição unificada dos estados membros do Mercosul para a reunião de presidentes dos países da América Latina, que será realizada em Cancún, no México, para debater as mudanças climáticas. A bancada brasileira concordou que o Mercosul deve comparecer com uma proposta única para não enfraquecer o bloco, como aconteceu em Copenhague, na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas.



Para Inácio Arruda (E, ao lado de Zambiasi), controle ambiental na Tríplice Fronteira não impede atividade econômica

Criação de novo órgão internacional recebe críticas

A Mesa diretora do Parlasul também acatou sugestão da bancada brasileira para a participação de representantes do Mercosul na reunião da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) que será realizada no Equador e pretende criar um novo parlamento internacional, que incluiria o Brasil. A proposta brasileira é de que os representantes não se manifestem sobre o mérito, mas deixem claro a discordância em relação ao processo de criação do novo órgão.

Criada em 2008, a Unasul é formada por 12 países da América do Sul e tem como objetivo ampliar a integração da região. Os integrantes do Parlasul foram surpreendidos por documento encaminhado pela Unasul no qual a entidade define prazo para aprovação final do novo parlamento e para adesão de países, até mesmo daqueles que não participaram da discussão sobre a criação da

nova entidade.

Segundo Dr. Rosinha, três representantes serão enviados ao Equador, sendo um da Argentina, um do Uruguai e outro do Paraguai. Os parlamentares deverão propor a abertura de um processo democrático sobre a criação do novo órgão, a definição de prazo para a conclusão desse debate e a representação de parlamentares do Parlasul, do Parlamento Andino e de representantes dos parlamentos nacionais.

– Nós não concordamos com o método adotado. A última reunião foi há cerca de dois anos, quando se debateu a criação do parlamento da Unasul. Depois disso, nunca mais fomos chamados para esse debate. Nem nós, nem os parlamentos nacionais. O Senado e a Câmara do Brasil não foram chamados – disse.

Integração

Outra decisão considerada importante pelos parlamen-

tares foi a aprovação da proposta de constituição do Foro de Parlamentares Regionais e Locais. Segundo Inácio Arruda, se o Parlamento do Mercosul ficar isolado em Montevidéu, suas atividades não terão repercussão nos estados e municípios dos respectivos países membros. O senador defendeu uma articulação política forte com as câmaras de vereadores e as assembleias legislativas estaduais.

Como exemplo, Inácio Arruda citou proposta de sua autoria para realização de um fórum parlamentar do Mercosul dentro da Conferência Internacional do Semiárido, um evento das Nações Unidas. Ele salientou que a conferência está prevista para agosto, em Fortaleza, e a participação do Parlasul só será possível se houver uma articulação com a Assembleia Legislativa do Ceará, com a Câmara Municipal de Fortaleza e com o Congresso Nacional.



Rubem Barbosa (E), senador Eduardo Azeredo e José Carlos Fonseca Júnior

Aprovados novos embaixadores para Austrália e Mianmar

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações de Rubem Antônio Corrêa Barbosa para embaixador do Brasil na Austrália e, cumulativamente, em Vanuatu e em Papua Nova Guiné; e de José Carlos da Fonseca Júnior para a embaixada em Mianmar.

Rubem Barbosa falou sobre a perspectiva de um acordo na área de defesa entre Brasil e Austrália, na próxima reunião do G-20, a se realizar na África do Sul. A Austrália possui seis submarinos e uma Marinha avançada, informou. Para o diplomata, tem havido disparidade no intercâmbio comercial com a Austrália: em 2009 o Brasil exportou US\$ 1,3 bilhão para o país e importou “quase o dobro”.

A educação é o terceiro produto de exportação da Austrália, ressaltou o embaixador, ao informar que dos 650 mil estrangeiros no país, 20 mil são brasileiros.

Rubem Barbosa trabalhou no Ministério de Minas e Energia, como assessor internacional dos ex-ministros Edison Lobão e Dilma Rousseff. Seus principais cargos no Ministério das

Relações Exteriores foram os de primeiro-secretário, assistente do chefe da Divisão da Europa-I, chefe da Divisão do Oriente Próximo-I, coordenador-geral de Ensino do Instituto Rio Branco e chefe da Divisão da América Meridional-II.

José Carlos da Fonseca Júnior, por sua vez, fez um relato do difícil processo político de Mianmar. Após a independência, ao final da 2ª Guerra Mundial, o país viveu um período de governo civil que se estendeu de 1947 a 1962, marcado por instabilidades que acabaram levando a um golpe militar que perdura até hoje. Outro problema do país é o tráfico de metanfetaminas, que substituiu nos últimos anos o comércio de heroína.

O relator da indicação, senador Romeu Tuma (PTB-SP), sugeriu que a nova embaixada tenha um adido responsável pelo problema do tráfico de drogas.

José Carlos da Fonseca Júnior foi deputado federal pelo Espírito Santo, deputado estadual, conselheiro e encarregado de negócios da Embaixada do Brasil em Nova Delhi, na Índia.

Realidades diferentes

Dados gerais dos países em que os dois novos embaixadores representarão os interesses do Brasil



Fonte: CIA World Factbook